



Anais da Assembléia

N.º 94

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 14 DE SETEMBRO DE 1982

ANO VIII

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 82.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 14 DE SETEMBRO DE 1982

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Augusto Carneiro e Lineu Turra.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Squarezi, Ezequias Losso, Edison Alencar, Adalberto Daros, Airtom Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Túlio Zanchet, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Valduga, Valter Pietrângelo, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM 115/82

Curitiba, 30 de agosto de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei dispondo que será consignado anualmente, na Lei de Meios, auxílio ao Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, com sede e foro nesta Capital, nos valores e condições que especifica.

Fundado no ano de 1.900 por um grupo de intelectuais, o atual Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense é uma dessas instituições culturais cuja contribuição ao desenvolvimento sócio-cultural do Paraná está registrada na sua extensa e erudita série de publicações, que compreende, não só o Boletim, já no volume XXXVIII, mas também a Estante Paranista, cujos volumes XVI e XVII, encontram-se no prelo. Sua diretoria tem sido exercida ao longo dos anos, por uma plêiade de ilustres homens que se destacaram nos mais altos cargos políticos e administrativos, a exemplo do Marechal Bernardino Bormann, jornalistas, Romário Martins e Chichorro Jr., engenheiros Moreira Garcez, Artur Martins Franco e Oswaldo Piloto, doutores Aluísio França e Newton Carneiro.

Reconhecido de utilidade pública pelos Poderes Federal,

Estadual e Municipal, possui sede própria à Rua José Loureiro, 43, construída em 1953, graças à determinação do então Governador Bento Munhoz da Rocha Neto.

Justo portanto, que o Poder Público Estadual venha contribuir para a sua manutenção, por se tratar de instituição de alta benemerência, que não só preserva a memória paranaense, como oferece à coletividade graciosamente, sua excelente biblioteca.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI 117/82

Art. 1.º — Para concessão de auxílio ao Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, a Lei de Meios consignará, anualmente, importância não inferior a Cr\$... 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros).

Parágrafo único — O valor mínimo previsto neste artigo será reajustado de acordo com o coeficiente de atualização monetária de que trata o art. 2.º da Lei Federal n.º 6205, de 28 de abril de 1975.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 116/82

Curitiba, 02 de setembro de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados em 11 de agosto de 1982, entre o Estado do Paraná e os Municípios de CRUZEIRO DO OESTE, FLORESTA, RIO BOM, SANTA INÊS e TERRA BOA, objetivando a execução de obras de controle da Erosão do Solo no Noroeste do Paraná - PRONOROESTE.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 117/82

Curitiba, 02 de setembro de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo (1o.) datado de 26 de julho de 1982, ao convênio celebrado em 11 de fevereiro de 1982, entre o Estado do Paraná e o Município de TAPIRA, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reite-

ro a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem 118/82

Curitiba, 02 de setembro de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Primeiro Termo Aditivo e Modificativo datado de 20 de julho de 1982, ao Convênio celebrado em 05 de janeiro de 1981, entre o Estado do Paraná através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Estado de São Paulo, através de sua Secretaria de Estado dos Negócios dos Transportes, objetivando a ligação das localidades de Iguape, Guaraqueçaba e Paranaguá, via transporte hidroviário.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM 119/82

Curitiba, 02 de setembro de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os Municípios adiante mencionados, objetivando aplicação de recursos financeiros em obras de controle da erosão urbana:

MUNICÍPIO	DATA DO CONVÊNIO
CONGOINHAS	12/08/82
MARINGÁ	18/08/82
SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO	12/08/82
SANTO ANTÔNIO DO CAIUÁ	12/08/82.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. João Bonin, ocorrido em 15 de agosto último.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1982.

(a) TÚLIO ZANCHET

JUSTIFICATIVA:

O falecido João Bonin, homem dedicado à agricultura, foi um dos pioneiros da região sudoeste, pai do ex-Prefeito

José Bonin, de Enéas Marques. Deixa filhos e netos, e no coração de seus familiares e de todos aqueles que compartilharam de sua companhia, a certeza de que Enéas Marques perdeu um homem que foi exemplo de trabalho e dedicação aos seus e à comunidade.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 115/82.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica denominado ENGENHEIRO GILBERTO DUDA, o trecho rodoviário compreendido entre o trevo da Rodovia PR-071 e o Município de Mirassol, no Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1982.

(a) JOÃO MANSUR

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei objetiva atender solicitação do povo e autoridades de Mirassol, neste Estado do Paraná, que pretende prestar justa homenagem e merecida, ao jovem engenheiro Gilberto José Duda, trágica e prematuramente falecido quando iniciava promissora carreira de engenheiro rodoviário, tendo falecido no exercício de sua profissão, justamente quando trabalhava na condição de engenheiro residente no trecho a que deverá emprestar seu nome.

Na certeza do entendimento dos nossos nobres Pares, à presente Proposição, não temos dúvida do seu apoio.

PROJETO DE LEI N.º 116/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar como de utilidade pública a SOCIEDADE AMIGOS DA ILHA DO MEL, com sede na Praia da Enseada da Fortaleza, na Ilha do Mel.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1982.

(a) GABRIEL SAMPAIO

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Amigos da Ilha do Mel, é uma entidade civil, com personalidade jurídica, sem fins lucrativos, foi fundada em 12 de março de 1981, sediada na Praia da Enseada da Fortaleza, balneário Ilha do Mel, Município e Comarca de Paranaguá.

Esta entidade, apesar de recentemente constituída, muito tem realizado, quer no campo social como cultural, reavivando festas tradicionais, o fandango, e religiosas, como os festejos anuais em louvor de Nossa Senhora dos Prazeres, Padroeira da Ilha do Mel, incentivando paralelamente as competições esportivas.

Tem por objetivo, na conformidade do artigo segundo do Estatuto, congregar os associados para fortalecer os laços de amizade e desenvolver ação comunitária, visando a manutenção do estado natural da Ilha do Mel, encetando todos os esforços para a preservação do meio ambiente; promoção de atividades culturais, esportivas, e incentivo das tradições históricas e folclóricas da região, em tudo colaborando com os poderes públicos quando da defesa desses valores.

A Sociedade é administrada por um Conselho Diretor, composto de três membros efetivos, a saber, Diretor Executivo, Diretor Financeiro e de Empreendimentos, Diretor Cultural e mais três Diretores Suplentes, que substituirão os efetivos nos seus impedimentos, não percebendo qualquer remuneração.

A documentação em anexo, comprova que a entidade em apreço satisfaz plenamente as exigências da Lei 6994, de 10 de janeiro de 1978, que disciplina a matéria.

Por este motivo, espero contar com o apoio de meus nobres Pares, na aprovação deste projeto de lei, visto que suas finalidades são de elevado alcance social.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Retornamos a esta tribuna, porque, em que pese o esvaziamento das casas políticas, no caso as Câmaras Municipais, as Assembléias Legislativas, o Congresso Nacional, em que pese a ocupação da opinião pública, Srs. Deputados, com assuntos emergentes, como no mês de junho que foi o período destinado à Copa do Mundo.

Agora, no mês de agosto e setembro, as atenções todas estão voltadas para a primeira campanha eleitoral de poder decisivo nesse Estado, em que se disputa a conquista do Palácio Iguaçu pelo voto direto do povo. Em que pese todo este esvaziamento.

Entretanto, a situação da classe trabalhadora no País, de uma forma geral no Estado do Paraná, de uma forma específica, nada mudou.

Existe, é verdade, Srs. Deputados, um clima de expectativa gerada a partir das proposições políticas que cada candidato ou cada conjunto de candidatos apresentados pelos diversos partidos, apresenta à opinião pública. E dentro desta expectativa gerada a partir das proposições, muita coisa tem sido lançada à consideração da opinião pública do Paraná.

Entretanto, a crise nacional perdura, e agravando de tal forma as condições de vida dos trabalhadores brasileiros, que causa um determinado espanto, a verificação da forma como está sendo tratada a questão fundamental dos professores no Paraná.

Tivemos exemplos no Governo Jayme Canet. Tivemos exemplos no Governo Ney Braga, de situações idênticas. Como já em 1968, no período mais crítico do autoritarismo brasileiro, quando se estava vivendo os momentos primordiais do AI-5, já naquela época, as lideranças da classe do Magistério, se reuniram nas diversas e principais cidades do Paraná, e lá estabeleceram uma forma de diálogo diferente, entre os componentes dessa classe, através dos chamados Congressos de Reflexão, que os professores estabeleceram. E a partir daí, foi estabelecida uma pauta de reivindicações e uma pauta de luta.

De 1968 para cá, com a segurança de alguns direitos garantidos, assegurados aos professores, o principal deles — no meu modo de ver — foi sem dúvida nenhuma a estabilização do Magistério através de concursos periódicos e permanentes.

Com a elaboração desses concursos periódicos, permanentes, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a classe do Magistério passa a conquistar a primeira de suas grandes reivindicações, que era a forma prática, a forma funcional, a forma estatutária, de se libertar do famigerado comando político, que podia fazer das lotações das escolas estaduais o que bem lhes entendesse.

Entretanto, com a eliminação gradativa da figura do professor suplementarista, com a eliminação gradativa do professor temporário, com a eliminação gradativa do professor precário, com a disseminação das diversas escolas de Ensino Superior nas micro-regiões do Paraná, com a frequência às Faculdades de Educação, passamos a ter um Corpo Docente tecnicamente preparado, profissionalmente habilitado aos concursos que se iriam estabelecer legalmente.

Chegando o ano de 1975, Srs. Deputados, o Governo, através de uma proposta elaborada pela Secretaria da Edu-

cação, resultado de um trabalho organizado por um grupo representado por professores e tecnocratas daquela Secretaria, foi elaborado um Estatuto do Magistério; também ele calcado e vinculado umbilicalmente à Lei da Reforma do Ensino, a conhecida Lei 5692.

Ora, a partir desta exigência de que todo o Estado brasileiro deveria ter o seu Estatuto do Magistério, aceitando as determinações básicas da Lei 5692, aceitando as determinações da Reforma do Ensino, dividindo agora todo o padrão educacional em três graus, separando aquela conceituação clássica de primário, ginásio ou pré-universitário e outros casos em segundo grau e o ensino universitário, terceiro grau, passamos, sem dúvida alguma, à segunda reivindicação conquistada pela classe do magistério.

Vejam, Srs. Deputados, que não se trata mera e simplesmente de cifrões e de posição financeira de uma classe de trabalhadores. Passa a ser, isto sim, reivindicações que colocassem esta categoria profissional dentro de um leque específico no quadro social brasileiro.

Se de um lado a abertura dos concursos provocada pelo momento reivindicatório de 68, acoplada agora ao envio da mensagem de reivindicação conseguida pela classe do Magistério, que é a profissionalização do magistério, deixando daquela poesia utópica de anos anteriores, em que se dizia que o professor era, acima de tudo, um sacerdote.

Ora, repetiria aqui para os Srs. Deputados aquelas palavras do ex-Governador de São Paulo, Carvalho Pinto, quando diante de um movimento reivindicatório da classe do magistério paulista, no seu governo, dizia num memorável dia 15 de outubro às lideranças deste mesmo magistério, "não há dinheiro que pague a obra da educação", mas na realidade concreta em que vivemos, ela deve ser paga com dinheiro.

Entretanto, estas duas grandes reivindicações obtidas a partir de 1968 e obtidas a partir do envio do Estatuto do Magistério, elas não têm qualquer tipo de conotação financeira.

E a partir daí até o ano de 1977, com a definitiva aprovação do Estatuto do Magistério e com as leis complementares que o Poder Executivo ficou a dever ao Paraná e especialmente à causa da educação, tivemos uma mudança no panorama social do Estado.

Se a classe tinha obtido uma estabilização na sua atuação profissional a partir de 1968, se ela tinha obtido uma profissionalização da faina diária através do Estatuto do Magistério, era justo portanto que como uma categoria profissional, ela passasse também a ter as suas lideranças fazendo as reivindicações que a classe entendesse como essenciais à sua atividade específica.

Aí vieram os movimentos, veio o Movimento Educação e Justiça I, veio o Movimento Educação e Justiça II, estabelecendo o que para a classe era importante, o piso salarial, a adequação da classe do Magistério às diversas categorias profissionais, em função profissional neste Estado.

E entre estas reivindicações, ao lado de um piso elementar ponto de partida para a configuração das cinco classes específicas dentro do Magistério, tínhamos a semestralidade dos salários, a independência da classe no tocante à administração das unidades escolares, que era a elaboração da lista tríplice pela própria congregação ou pelo próprio colegiado de toda a unidade escolar.

Mas houve, Srs. Deputados, permanentemente um diálogo. Nunca foram fechadas as portas para o diálogo, para o entendimento. Assim foi no momento da Educação e Justiça I, assim foi no Movimento Educação e Justiça II. Assim também no atual movimento reivindicatório, nunca houve por parte das lideranças do magistério; nunca houve por parte do conjunto do Magistério, qualquer tentativa intempestiva, inoportuna ou radical, de se virar as costas às partes interessadas. Havia perma-

nentamente a manifesta e clara intenção de dedicar-se ao diálogo. Dedicar-se às negociações. Sabendo esta classe do Magistério, que o simples estabelecimento de um piso básico não deveria significar necessariamente o esgotamento de toda a luta salarial e de valorização profissional, dessa categoria. Porque se o piso é estabelecido num determinado instante, pode-se partir daí para o comprometimento também do teto salarial.

Mas, Srs. Deputados, 1982 chegou; as coisas quando não têm bom tratamento e bom andamento, as coisas que são mau consertadas, elas acabam por estourar mais adiante. É a solução para o Movimento Educação e Justiça II. Naquela tentativa de alguma ala do Governo, de alguns setores do Governo do Estado em vencer a classe do Magistério pelo cansaço, fadiga, pela exaustão. Criando, às vezes, situações vexatórias e constrangedoras, como foi a famigerada ação de homens da Polícia do Paraná, a investir contra professores, no Centro Cívico. A soltar contra eles, cães amestrados. A se esquecer que havia no meio daquelas pessoas que estavam em vigília permanente, a significar muito mais do que uma afronta a um poder lá estabelecido. Significava muito mais a materialização de uma vigília representativa no seu aspecto simbólico e não coatora na sua expressão numérica. Pois bem, resolveu o Governo do Estado investir exatamente contra o símbolo e por atingir o símbolo, acabou também atingindo toda a categoria profissional. Quem não se lembra hoje, daquela representante das professoras aposentadas, a ser arrastada pelos próprios cabelos, pelo terreno do Centro Cívico. Quem não se lembra daquele monumental aparato bélico armado para impedir que pacíficos professores se aproximassem da sede do Governo. Quem não se lembra daquelas campanhas pelos meios de comunicação com que a Secretaria de Estado, gastando o dinheiro que alegava não ter para a satisfação das reivindicações básicas, fazia um fogo cerrado de comunicação e de publicidade exatamente em cima das famílias que preocupadas com problemas normais em todas as famílias, problemas de festas natalinas, de festas de fim de ano, de férias, de escalas, de folgas profissionais, tudo isto pressionando, para que as próprias famílias pudessem, na pressão aos professores, fazer com que voltassem às salas de aulas. E voltaram. Voltaram com o aceno de um piso salarial de 2,2 salários mínimos, para o nível I, para o PA-1. Voltaram, com o aceno de uma antecipação semestral no mês de agosto, sem entretanto ser estabelecido o quanto; sem entretanto ser estabelecido, qualquer parâmetro de percentual. E mais do que isto, promessas feitas por quem não estaria mais na chefia do Poder Executivo na época de agosto. E quando toda a sociedade paranaense, seja através das vozes dos homens da Situação, seja por meio das vozes dos homens da Oposição, enalteciam e enfocavam as características liberais do Governador Professor José Hosken de Novaes. Nós todos estávamos preocupados e deu no que deu. Liberal, legalista, mas alienado.

Por ser liberal, pretende uma imagem de bonzinho diante da classe do Magistério. Por ser legalista, se utiliza, exatamente, de todo o arsenal legalista de um regime autoritário, de um regime de exceção. De um regime que peca fundamentalmente pela base de todo o regime político que queira realmente ter a sua força no regime democrático, que é a falta de legitimidade.

É um contra senso diante da história. É um contra senso diante da figura humana de quem ocupa hoje o Palácio Iguaçu. Liberal na profissão de fé, liberal na forma de se relacionar com a sociedade civil. Legalista na sua essência. Entretanto é

obrigado a usar exatamente, um arsenal legalista de um regime autoritário, de um regime de exceção, de um regime ilegítimo nas suas raízes, ilegítimo na sua fonte de poder, e ilegítimo, ainda mais na forma como luta na sua perpetuação no poder.

Ora, Srs. Deputados, a classe do Magistério não pode ser vítima de um regime autoritário que aí está. Se ele deve se impor, não será através da Polícia Federal que hoje, tanto na cidade de Londrina, como aqui na cidade de Curitiba, procura indiciar professores, procura ouvir depoimento de professores numa forma mais evidente de coação, numa forma mais evidente de pressão, numa forma mais evidente de negativa de diálogo, porque, no momento preciso em que as autoridades estaduais cruzam os braços, afastam-se do diálogo franco e aberto e colocam em seu lugar o arsenal legalista de uma legalidade contestável, de uma legalidade que tem no seu sério, na sua essência, exatamente, a condenação da sociedade civil, porque não aceita num estado como o nosso em que o pacto social foi totalmente remendado através das emendas mais estapafúrdias, através dos casuísmos mais absurdos, quando toda a sociedade civil brasileira seja representada pela voz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, quando em Itaiç, no ano passado, pede a elaboração do novo pacto social, seja pela Ordem dos Advogados do Brasil, que prega a necessidade urgente de uma constitucionalização do País por meio de uma Assembléia Constituinte, seja por meio de todos os partidos de Oposição que pregam a convocação da sociedade numa grande Assembléia Nacional Constituinte para elaboração de um pacto social que, gerado de uma forma livre e soberana, dará, realmente a este País as relações básicas entre Estado e cidadão, entre cidadão e seus direitos de cidadania, e, não, uma Lei de Segurança Nacional que faz, do cidadão, o ser inseguro contra a ação do próprio Estado. Ora! No momento então, em que um Governador que se diz liberal, que se diz legalista, se utiliza dessa legislação excepcional, dessa legislação provida à margem dos desejos da sociedade brasileira, à margem dos desejos da sociedade brasileira, à margem da legitimidade da consagração popular, é uma forma, Sr. Presidente, Srs. Deputados, inaceitável, de pressão, inaceitável, de coação, inaceitável, de sufoco dos mais legítimos anseios de uma categoria de trabalhadores, e, é preciso, sob o ponto de vista do regime, e é preciso, sob o ponto de vista do sistema, impedir que o movimento reivindicatório dos professores tenha sequência e mais do que tenha sequência, é preciso impedir que ele tenha sucesso, porque a classe do Magistério é uma classe especial de trabalhadores, são trabalhadores, instruídos, são trabalhadores, diplomados, são trabalhadores que sofrem a cada dia, um aviltar constante da qualidade de vida do trabalhador, e da sua família, mas, é uma categoria profissional que sabe, também, enxergar longe e, por ser esclarecida, por ser instruída, por ser instrumentalizada, ela poderá atuar no conjunto da sociedade e fazer com que outros trabalhadores passem, também, a reivindicar.

O Sr. Mário Celso — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

É só para fazer um complemento, ilustre Deputado, que Vossa Excelência fala das defesas dos direitos, fala em pressão e em coação, então, eu só gostaria de fazer uma colocação e informar também a esta Casa, que, seis (06) professores já foram ouvidos na Polícia Federal, inclusive, neste momento, está sendo ouvida a Tesoureira da Associação dos Professores do Paraná - neste exato momento está sendo ouvida, na Polícia Federal.

Então, é uma forma de pressão também, de coação, mas, na verdade, quem sabe falar pode calar todos os canhões do mundo.

Acredito que, realmente, o alerta e a voz dos Parlamentares conscientes e que buscam a democracia, vai fazer esse tipo de alerta para buscar, naturalmente, o rumo democrático que esta Nação tanto necessita!

O SR. RENATO BERNARDI — Agradeço o aparte de Vossa

Excelência, que vem reforçar exatamente o que nós dizíamos nesse grande paradoxo: o Governador Hosken de Novaes, Professor Universitário, tido e reconhecido no Paraná inteiro como um homem liberal, mas, como todo liberal, acontece sempre aquilo, é um homem apegado à lei, e, há uma incompatibilidade total entre o clássico liberal, o clássico liberal de origem francesa, o clássico liberal de origem daquele Movimento Libertário de 1978, com, um regime autoritário!

O núcleo do Poder vigente no País, ele é autoritário na sua essência!

Ora! Governador do Estado, pela razão mesmo da sua indicação pelo Poder Central, pela razão de que o seu Secretário de Segurança Pública deve ser um homem indicado pelo Poder Central, pela razão mesmo de que toda a sua política econômico-financeira depende do beneplácito, da anuência do Governo Central, e, pela razão política da sua indicação, ele não passa de um Delegado do Poder Central, ele não passa - na forma mais pura da semântica - de um Interventor Federal, com um mandato certo, embora homologado por uma Convenção Partidária, embora homologado por um discutível Colégio Eleitoral, embora empossado por esta Assembléia, os Governadores Estaduais, a partir do Ato Institucional N.º 2, de 25 de outubro de 1965, que extinguiu os partidos políticos e estabeleceu as eleições indiretas para os Governadores de Estado, o Governador Estadual não tem mandato, o Governador Estadual tem delegação de poderes do Governo Central e, nada mais é do que, um Interventor Federal; a figura do homem liberal, a figura do homem legalista, dentro da sua função específica de Delegado de um Poder distante, faz com que ele também seja o homem da pressão, o homem que vai utilizar-se desse instrumental, mas, de nada valerá esse tipo de ação!

A causa que os professores defendem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ela é justa porque resulta de uma tomada consciente de posição da classe, através das suas Assembléias Gerais, resulta inclusive, de um diálogo franco e aberto nos diversos movimentos anteriores, entre os representantes desta categoria profissional e os representantes do Governo Estadual, que ao reconhecer a justeza das posições reivindicatórias dos professores, apenas tentaram ganhar tempo, apenas tentaram protelar a solução dessas reivindicações.

E hoje com toda a imprensa estadual e nacional voltada para o momento político em que estamos, com toda a opinião pública voltada para a grande crise econômica em que estamos todos submersos e engolfados, com as casas legislativas, casas políticas por excelência, totalmente esvaziadas em função de uma campanha eleitoral, que, pela coincidência dos mandatos, que pela simultaneidade dos cargos a serem disputados, representa mais do que tudo uma maratona econômica, a ser realmente uma cruzada de pregação cívica.

Com essas casas esvaziadas, ficou fácil para o Poder Executivo Estadual, "lavar as mãos" e dentro da sua imagem

de liberal, dentro da sua imagem de legalista, o Professor Hosken de Novaes, opta pela imagem de legalista e entrega toda uma categoria profissional à qual ele também pertence como professor da Universidade Estadual de Londrina, a ação do instrumental de exceção, do instrumental de uma legalidade que veio a ser colocada em público pelo Ministério do Trabalho, a ação de procedimentos dentro também desse corpo legislativo da Polícia Federal, mas uma ação que o Estado do Paraná há de cobrar deste homem.

Professor Hosken de Novaes, membro desta classe que hoje está sendo lançada nesta campanha violenta de coação, não se esqueça que ele, membro fundador da Faculdade de Direito de Londrina, membro do Corpo Docente da Faculdade Estadual de Londrina, teria todas as condições para concluir a sua vida pública com honra, com dignidade, mais do que tudo, com saudades e pretende encerrar a sua vida pública com a primeira mancha negra a tingir o livro da sua história: professor voltando-se contra os professores. Liberal, voltando-se contra as liberdades individuais. Legalista, voltando-se contra a legitimidade das aspirações populares.

Professor Hosken de Novaes, a classe do Magistério espera que o Senhor tenha um mínimo de solidariedade classista. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do PMDB se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Com a palavra, o Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estamos usando o Horário da Liderança do nosso Partido nesta tarde, para deixar aqui registrado a nossa estranheza pela atitude tomada pelo Governador Hosken de Novaes contra a classe dos professores do Paraná e o que nos move a ocupar neste instante a tribuna, são os mesmos fatos que moveram o companheiro Deputado Renato Bernardi a abordar tal assunto na sessão de ontem, e na sessão de hoje, no Grande Expediente, quais sejam: Londrina, na manhã de domingo amanheceu surpresa com a notícia de que o Governador Hosken de Novaes, que é de Londrina, e daí a razão do espanto, teria determinado como de fato determinou, o enquadramento de vários professores que lideram a Associação dos Professores do Paraná, dentre os quais a Presidente do Núcleo de Londrina, Professora Edesina de Lima Oliveira.

E por que é, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que Londrina amanheceu surpresa e estupefata diante desta notícia? Porque Governador Hosken de Novaes é um jurista, é um advogado brilhante, professor de Direito da Universidade Estadual de Londrina e um homem que todos nós sabemos ter ao longo da sua vida pública procurado pautar os seus atos pela prudência, pelo comedimento e vem exatamente este homem que nós, inclusive da Oposição, quando ele assumiu o Governo, tecemos algumas considerações sobre a sua pessoa, analisando principalmente a sua grande capacidade de advogado e acima de tudo a sua honradez como homem público.

Agora Londrina, onde ele foi Prefeito, onde ele lecionou durante muitos anos na Universidade na área de Direito, realmente está a perguntar - mas o Dr. Hosken de Novaes determinou o enquadramento de professores na Lei de Segurança Nacional?

E a esta indagação cabem inúmeras respostas. Uma delas é de que talvez pela própria formação legalista que ele tem, ele

simplesmente procurou cumprir, segundo o seu entendimento, uma lei que aí está.

Mas é de se perguntar também e isto já foi há algum tempo objeto de apreciação de nossa parte aqui nesta Casa, se esta Lei de Segurança Nacional é uma lei legítima.

Existem renomados juristas brasileiros que dizem que ela não o é.

E nós também, com a nossa pequena formação jurídica, temos também o nosso entendimento sobre esta lei.

E o nosso entendimento é no sentido de que ela não se reveste de nenhuma legitimidade porque é uma lei excepcional e como toda lei excepcional ela é forjada, em épocas, em momentos, em situações diferentes, de situações relativamente normais.

Temos assistido, temos lido, inúmeros trabalhos, algumas entrevistas de políticos, de professores universitários, no sentido de buscar a revogação desta lei.

Ela não tem mais razão de ser.

É uma lei ditatorial. É uma lei que foi, inclusive, forjada - repito, por inspiração de um momento em que o País atravessava e que hoje não mais justifica sua vigência, muito menos a sua aplicabilidade.

Se esta lei, por ocasião de sua aprovação teve justificado em alguns momentos, com os quais também não concordamos, hoje não mais se justifica.

E daí o porquê que Londrina, que conhece profundamente a formação jurídica do Governador Hosken de Novaes, daí porque o povo londrinense não entender da utilidade, por parte do Governador Hosken de Novaes, deste instrumento que já deveria ter sido revogado contra exatamente quem?

Contra exatamente as lideranças do Magistério paranaense.

Londrina, domingo, amanheceu assustada, quando soube que a professora Edesina de Lima Oliveira, que inclusive é professora - apenas para registrar aqui a nossa estranheza do uso deste instrumento, é professora de meu filho mais velho.

Uma professora capaz, mãe de três filhos, mulher dedicada, idealista, funcionária exemplar, daquelas funcionárias do Magistério altamente qualificadas para a função, porque como disse, é professora de um filho meu, ser intimada a comparecer em pleno domingo, na Divisão de Polícia Federal e ser interrogada, pregressada, individualizada, como se fosse um marginal.

O tratamento que a professora Edesina de Lima Oliveira recebeu em Londrina neste domingo, por determinação do Advogado, do Professor Hosken de Novaes, é alguma coisa que choca e afronta a consciência e a dignidade de qualquer um, principalmente daqueles que convivem com esta professora; principalmente daqueles que a conhecem e que sabem ser ela uma funcionária dedicada, uma funcionária consciente dos seus direitos e dos seus deveres e que na qualidade de representante do núcleo dos Professores de Londrina, nada mais fez e está fazendo do que se colocar como instrumento de luta na defesa das reivindicações justas da sua classe.

Então estamos nós aqui hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para dizer da nossa tristeza, da nossa decepção com esta atitude do advogado e professor Hosken de Novaes de determinar que a classe do Magistério, que as lideranças do Magistério do Paraná, sejam qualificadas, pregressadas, individualizadas, fotografadas, pela Polícia Federal, como se fossem marginais. Tratamento dispensado a contrabandistas, a traficantes de entorpecentes.

Tratamento dedicado em igualdade de condições a assaltantes de bancos. Nós não podemos de forma alguma admitir, assistir passivamente que professores, lideranças do Magistério do Paraná, que nada mais estão a fazer do que reunir passivamente, democraticamente, ordeiramente, educadamente, em busca do cumprimento de um compromisso que o Governo assumiu naquele fatídico movimento do ano passado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. A luta por mais perigosa, ela se justifica; a luta por mais difícil, ela se justifica. E eu tenho dito por onde ando, que os professores do Paraná, representados nas suas lideranças classistas, pela maneira corajosa, decidida e organizada, com que têm se colocado na busca de seus direitos, têm contribuído e muito, não só para a sua classe, mas de resto, para todo o funcionalismo público do Estado do Paraná.

Não é segredo para ninguém e não precisa ser um especialista, para entender a situação por que passa o funcionalismo público de um modo geral, é a mais difícil.

Só quem já foi funcionário público, só quem tem parentes funcionário público, só quem tem amigos funcionários públicos, é quem sabe das dificuldades por que esta classe está passando.

Com um índice de inflação de três dígitos, com o custo de vida galopante, não é possível que funcionários possam sobreviver, principalmente os funcionários estatutários e aqueles celetistas, que ganham ou que percebem salários menores, possam sobreviver.

E quando uma classe de forma organizada, disciplinada, porém com coragem e com bravura, mas com seriedade, levanta a sua voz, impunha a sua bandeira, vem o Governo do Estado, com a Polícia Militar, com todo o aparato repressivo, para dispersar de forma desumana e violenta, o movimento reivindicatório.

Quando esta mesma classe, sentindo que o Governo não vem cumprindo com o acordo firmado na presença de inclusive autoridades eclesásticas do Estado do Paraná, esta mesma categoria, de forma disciplinar, de forma educada e respeitosa, se organiza novamente em vista daquele cumprimento, vem o Governo novamente, não desta feita, valendo-se da Polícia Militar, ou de cães amestrados, ou de bombas de gás lacrimogênio, vem o Governador do Estado do Paraná, professor e advogado, de renome em Londrina, e determina o enquadramento das lideranças do Magistério numa lei, a chamada Lei de Segurança Nacional que é repudiada não só pela classe política brasileira, mas, principalmente, pelas cabeças pensantes do mundo jurídico e universitário brasileiro.

Isto nos entristece, Sr. Presidente, isto nos entristece, Srs. Deputados.

Porque, não é possível que a sessenta e poucos dias de uma eleição, de uma eleição semi-geral praticamente, numa época em que o Presidente da República alardeia pelos quatro ventos deste País que ele está levando avante a sua proposta de abertura política, um seu delegado, um seu preposto, o homem de sua confiança, venha valer-se de um instrumento de exceção e exatamente, contra quem? Exatamente contra a classe dos professores do Paraná.

Toda vez, penso eu e me conduzo assim, que uma autoridade pretende punir, reprimir, castigar, injustiçar um professor, esta autoridade, levando-se em consideração a gravidade do ato que este mestre teria praticado, ele deveria, no mínimo lembrar-se que um dia ele também foi aluno.

Quem é que não se recorda da sua primeira professora?

Quem é que não se recorda dos primeiros anos de estudos no primário, no ginásio; quem é que não se lembra do grupo escolar onde estudou?

Estas recordações muitas vezes para aqueles que não as lembram, é que justifica a arbitrariedade de determinadas atitudes. E nós estamos aqui exatamente para registrar nos Anais desta Casa, o nosso repúdio a esta determinação arbitrária, esdrúxula, do Governador Hosken de Novaes, e dizer que a classe do magistério que se organiza a cada dia que passa, que reivindica melhoria salarial aos seus membros, nada mais tem feito e está fazendo do que buscar por direitos e por justiça.

E não é por Lei de Segurança Nacional, não é com ameaças de punição que o Governo vai conseguir evitar que categorias funcionais levanten suas vozes contra as injustiças que estão sofrendo.

Talvez, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um Governador como Hosken de Novaes, experiente que é, se buscasse esgotar as vias de diálogo, conseguiria melhores resultados, mas, através da prepotência, da arbitrariedade e através do poder discricionário, ele tem, não vai conseguir, de forma alguma, solução que possa atender os interesses do Paraná.

Fica aqui registrada a nossa tristeza e também a nossa estranheza por esta medida negra que Hosken de Novaes tomou contra uma classe que merece, de nossa parte, todo o respeito e todo o nosso carinho.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa consulta a Liderança do PTB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Tendo declinado, a Mesa consulta a Liderança do PDS se deseja usar do horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Achamos que não há como se discutir, fora de uma realidade.

O professor, como qualquer outro funcionário público, tem o direito de ser contemplado com aumentos idênticos ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor. Todos nós sabemos que é esse índice que diz o quanto subiu o custo de vida, e no prazo desde o último aumento do Magistério, este índice indicou um aumento do custo de vida, de 43 por cento. Nestas condições, a reivindicação do professorado está mais do que justa, mais do que a contra-oferta do Governo.

Este índice do aumento do custo de vida é o que está prevalecendo no reajuste dos salários do trabalhador da empresa privada, então, vem a pergunta: por que não se aplicar também ao funcionário público?

A realidade pelo lado do Governo também não pode ser ignorada, nem em vésperas de eleições, nem por demagogos, nem por políticos que estão jogando o professor num caminho de volta. Esta realidade não pode ser ignorada sequer pelos demagogos quanto mais por aquelas pessoas que realmente acompanham a história da economia paranaense, por aquelas pessoas que ajudaram a votar o Orçamento nesta Casa, por aqueles Deputados que têm o dever, a obrigação porque ganham, - e são muito bem pagos para isso, - de acompanhar a execução da Proposta Orçamentária.

É a realidade que não pode ser ignorada porque, na empresa privada, quando o patrão não pode pagar, não pode fazer o reajuste semestral, ele simplesmente despede e contrata funcionários mais baratos.

Ora, no Serviço Público isto é impossível, o funcionário tem direitos estatutários, de estabilidade. O Governo não pode simplesmente demitir para reduzir a sua despesa, mediante a contratação de gente mais barata ou reduzindo o contingente de trabalho. Porque, o que ninguém pode ignorar — principalmente um Deputado que ganha e que é muito bem pago para

apreciar a Proposta Orçamentária, para fiscalizar a execução da Proposta Orçamentária, eu repito — ninguém pode ignorar que o Governo do Estado já gasta 80 por cento de sua receita com impostos, no pagamento do funcionalismo, e a maior parte desse montante é exatamente para pagar o Magistério, porque o Paraná é hoje, sem nenhum favor, o Estado brasileiro que mais expandiu a sua rede de ensino público, na última década. E não adianta os demagogos virem aqui para dizer que estranham isto que estranham aquilo, esta é a realidade da qual ninguém pode fugir. Foi o Estado que mais expandiu a sua rede de ensino na última década.

Como a arrecadação do Estado não acompanha, também o ritmo de crescimento do custo de vida, muito pelo contrário, a arrecadação sofre a consequência da recessão dos negócios em geral, está criado o impasse.

De um lado o Magistério e todo o funcionalismo, reivindicam um reajuste salarial realista para que baixe ainda mais o seu padrão de vida.

Do outro, o Poder Público, sem dinheiro para cumprir essa reivindicação que também considera justa. Então, a gente fica aturdido, sem ver uma solução fácil. Se o Governo comprometer toda a sua arrecadação no pagamento do funcionalismo, para todas as obras do Estado, com prejuízo para a economia e com prejuízos para toda a população.

Se o Governo concede o aumento reivindicado e não para as obras, certamente haverá falta de dinheiro e o funcionalismo passará a receber com atraso, o que não ocorre no Paraná também na última década, quando o funcionalismo, inclusive o professor, recebe antes do final do mês o seu contracheque. E se pararem as obras, ou se as contas dos empreiteiros deixarem de ser pagas, levam esses empresários à falência e provoca o desemprego na área da administração pública, das obras públicas.

Este é o bom senso que está ensinando. Não adiante eu vir aqui e querer ser agradável aos professores, ao funcionalismo público, sem fazer uma análise profunda da situação econômica, não do Paraná, mas nacional e até mundial. Ou será que o nobre Deputado que me antecedeu na tribuna não lê jornais? Não acompanhou a reunião realizada agora em Toronto, de todos os Ministros de Fazenda e Presidentes dos Bancos Centrais das Nações do mundo democrático, porque atrás da "cortina", ninguém sabe o que se passa.

Acho, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que é preciso compreensão mútua. De um lado o Governo esticando ao máximo a sua capacidade de remunerar dignamente o funcionalismo, não apenas o professor que programa uma greve por ano.

Essa Associação que foi defendida com tanta veemência, não representa o professorado do Paraná, porque toma uma decisão com 500 pessoas no auditório, quando sabemos que existe 50.000 professores no Paraná.

Esta Associação está levando o professor para um caminho sem volta. É a realidade, porque ela programa todo ano sua época certa, uma greve com prejuízos reais, inestimáveis à população escolar deste Estado.

Então, acho que é preciso que o Governo estique ao máximo sua capacidade de remunerar dignamente o funcionalismo, tratando ao mesmo tempo de melhorar a sua arrecadação, quer combatendo a sonegação que existe, lamentavelmente, ou exigindo do Governo Federal — e isto é o mais importante — porque é o único que possui máquina de imprimir dinheiro — uma participação melhor nas riquezas que o próprio Paraná ajuda a gerar para a Nação.

Do lado do funcionalismo e do magistério que hoje se movimenta, sendo composto de gente inteligente, a compreensão é para o fato de que o exigido não é o Governo, é a comunidade.

Será que o professor, como homem inteligente que é, não sabe que não é do Governo que está exigindo? Está exigindo

é da comunidade paranaense, que não tem mais de onde tirar dinheiro, porque a economia vive numa recessão permanente. As nossas exportações estão praticamente paradas.

Então, acho que o professor, como ser inteligente que é, deve saber que é da comunidade que o Governo tira os recursos, para simplesmente administrá-los. Se a comunidade, se a sociedade não tem esse dinheiro, deve-se achar um meio caminho, tanto do justo quanto do possível. Esta é a realidade.

Acho que os senhores professores devem me desculpar, mas eu jamais vi com bons olhos a greve do Magistério Público, primeiro porque a greve no serviço público é tecnicamente ilegal, e aí é que está com a razão o Deputado Tavares, quando diz que o Governador Hosken de Novaes, um grande jurista, jogou a Polícia Federal em cima do professor. Não. Fez cumprir a lei e um Governo só se faz respeitar quando ele determina o cumprimento da lei e impõe ordem, para que o Paraná continue crescendo, para que a população tenha, realmente, confiança no seu governo.

Não pode permitir que meia-dúzia de baderneiros, a todo ano, paralisem as aulas em todo o Estado, com ameaças aos professores que querem trabalhar.

Aí o professor Hosken de Novaes tem todo o apoio da comunidade do Paraná. A sociedade paranaense hoje já se volta contra o professor, contra essa Associação que a cada ano programa uma greve.

Aí está o jurista a brandir a lei aos que teimam em descumprí-la, aos que insistem em ignorá-la. Aí está a figura do jurista que hoje está governando o Paraná, homem íntegro, reto, que não mandou cachorro policial em cima do professor, que não fichou, que não determinou que o professor fosse fichado como ladrão ou contrabandista, mas apenas pediu à Polícia Federal o cumprimento da lei, que é do âmbito da Polícia Federal.

Mas se o professor vai lá ser fichado, é porque ele é um agitador, e esses agitadores é que estão sendo fichados. A professora, os professores que estão cumprindo com o seu dever, com sua obrigação nas salas de aula, estes não.

Também não sou a favor desta greve, porque os grandes prejudicados são sempre os alunos que perdem horas preciosas de aulas. O Brasil é um país, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que não se pode dar ao luxo de retardar a educação das nossas crianças.

E terceiro, que a greve presume que o Governo não quis acertar a situação, e isto afirmou aqui hoje o Deputado José Tavares, faltando com a verdade, quando o Governador Hosken de Novaes se declara disposto a sentar quantas vezes quiserem os professores, à mesa de negociações.

Entretanto, eles decidiram a greve para 08 de setembro, com a presença de 500, 600 professores, sem sequer buscar o diálogo com o Governo. Esta é a grande realidade. Então, a greve presume que o Governo não quis acertar, quando a verdade é que não pode acertar a situação da maneira como ela é exigida.

O Governo do Estado, com greve ou sem greve, no mês de outubro, vai dar mais dez por cento de aumento a todo o funcionalismo público. À medida que a arrecadação do Estado cresce, o Governo irá concedendo novos benefícios ao funcionalismo público, que não é o desejo do Governador, não é o desejo do Governo ver defasado o vencimento do funcionalismo, embora eu ache que essa defasagem é de apenas 90 dias. Porque, se contarmos as elevações salariais dos últimos quinze meses, o funcionário público recebeu 118 por cento contra uma inflação de 99,6 por cento.

Então, há uma defasagem realmente na ordem de três meses. Mas, tenho acompanhado os esforços do Governador junto ao Secretário das Finanças, junto ao órgão arrecadador do Estado junto ao Governo Federal.

Ainda agora, o Governador fez uma viagem a Brasília.

Ainda agora o Governador determinou ao Secretário de Finanças que procure a rede privada de bancos para obter empréstimos no sentido de minorar a aflitiva situação do Tesouro do Estado.

Tão logo esses recursos aportem ao Paraná, a primeira medida do Governo: primeiro, atender às Prefeituras que estão a braços com problema muito mais sério e muito mais grave do que os professores do Paraná. As Prefeituras estão em estado de verdadeira insolvência, exatamente por causa da lei que determinou os reajustes semestrais. A cada seis meses, sobem todos os itens do serviço público; sobem de custo, de preço, é o combustível, o maquinário, são pneus, é a manutenção, é o transporte das professoras e dos alunos. Com uma arrecadação fixada, estimada por um Orçamento votado oito, dez meses antes, de que o fato ocorra. Porque todos nós sabemos que em Direito Tributário, em matéria orçamentária a despesa é fixada mas a despesa é estimada.

E quando essa estimativa deixa de corresponder, deixa de acompanhar a fixação da despesa, estabelece-se o caos econômico, que só pode ser reparado, suprido, pelas operações de crédito.

Esta é a realidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não há porque estranhar a atitude do Governador Hosken de Novaes. Ele quer a ordem neste Estado e a manterá, custe o que custar.

Gostaria, e se Deus me permitir, que eu volte a esta Casa, e se por uma destas aberrações políticas a Oposição vencer as eleições no Paraná — o que é extremamente difícil mas pode acontecer, gostaria de ver estes mesmos Deputados aqui nesta Casa, na mesma tribuna, criticando o Governador de seu Partido por não dar aquilo que o professor quer e que pode sempre mais do que pode o Estado dar. É evidente que eles estarão daí do outro lado.

É preciso que não haja demagogia, que haja bom senso, compreensão mútua. Apesar do movimento desencadeado, o Governador Hosken de Novaes ainda se dispõe a sentar à mesa com os professores, para buscar uma solução que possa atender aos desejos do professor, do funcionário público e as possibilidades do Tesouro Estadual.

Por último, Sr. Presidente, isto é evidente, já está claro que a greve dos professores está sendo manipulada, e não agora, mas de 78 para cá, está claro que a greve está sendo manipulada com objetivos eleitorais e políticos.

Isto é um fato triste, se considerarmos os professores como a nata da capacidade intelectual da sociedade. É um fato triste. Eles, como a nata da capacidade intelectual da sociedade, são arditamente manipulados com interesses eleitorais.

Que será dessa democracia, Sr. Presidente, que todos lutamos por reconstruir?

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente. Necessita de apoio — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 14/82, que denomi-

PROJETO DE LEI N.º 14/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica denominada “ESCOLA ALFREDO MOISÉS MALUF” a unidade escolar localizada no conjunto Hermann Moraes Barros, na sede do Município de Maringá.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 1.º de setembro de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

ANTÔNIO COTRIM — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 18/82, que autoriza o PODER EXECUTIVO, fazer reverter, através de doação, a Senhora Mary Iolanda Verlangieri Rocha, uma área de terreno na cidade de Guarapuava. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI N.º 18/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a fazer reverter, por meio de doação, a Senhora Mary Iolanda Verlangieri Rocha, um terreno foreiro, medindo a área de 1.560,00 m² (um mil, quinhentos e sessenta metros quadrados) ou sejam 52,00 por 30,00 metros, localizado na quadra n.º 1 (um), do imóvel denominado “Barro Preto”, do loteamento “Jardim D. Mary”, na cidade de Guarapuava, deste Estado, conforme transcrição levada a efeito sob o n.º 36.113, fls. 164, Livro 3-X, do 1.º Ofício Imobiliário da Comarca de Guarapuava, cuja reversão será efetivada em face da outorga da donatária e seu marido, terem cedido ao Município de Guarapuava, uma área maior, de 7.200,00 m², posteriormente, transmitida por doação a Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 1.º de setembro de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

RENATO BERNARDI — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 51/82, que altera a Lei 6.639/74, e dá as providências que especifica. (Contribuições do Parlamentar para Fundo de Previdência - FEPPA). — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI N.º 51/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — O art. 6.º da Lei 6639/74, passa a ter a seguinte redação: “Art. 6.º —

a) contribuição compulsória dos deputados no valor de 8% (oito por cento) do total dos subsídios, descontada em folha de pagamento.

b) contribuição da Assembléia Legislativa correspondente a 16% (dezesseis por cento) dos subsídios.

c) contribuição do aposentado, na razão de 8% (oito por cento) do valor do benefício.

d)

e)

f)

Parágrafo único: —

Art. 2.º — O art. 7.º da Lei 6639/74, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 7.º — Todas as contribuições e rendas serão recolhidas em instituição bancária estabelecida no Estado.”

Art. 3.º — O artigo 8.º da Lei 6639/74, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 8.º — A aposentadoria por tempo de contribuição, consistirá em uma renda mensal, vitalícia, de valor proporcional ao tempo de mandato exercido pelo associado, tomando-se por base o valor dos subsídios fixos e variáveis percebidos pelos Deputados.

§ 1.º — ...

§ 2.º — ...

§ 3.º — ...

§ 4.º — Ocorrendo a renúncia para efeito de uma das hipóteses do parágrafo 3.º deste artigo, o associado ficará responsável pelo recolhimento das contribuições estabelecidas nas letras “a” e “b” do artigo 6.º.

§ 5.º — O Deputado que exceder 24 (vinte e quatro) anos de efetivo exercício de mandato legislativo estadual, perceberá um adicional em sua aposentadoria de 4% (quatro por cento) por ano excedente.”

Art. 4.º — O artigo 9.º da Lei 6639/74, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 9.º — A pensão por invalidez será devida a associado não aposentado que se tornar inválido, total e permanentemente, para o trabalho, consistindo no pagamento mensal e vitalício, de uma renda igual ao benefício da aposentadoria que teria direito.

Parágrafo único — Na hipótese do associado não tiver completado oito anos de mandato, perceberá o equivalente à aposentadoria mínima prevista no artigo 4.º desta Lei.”

Art. 5.º — Fica revogado o parágrafo único do artigo 10.º da Lei 6639/74.

Art. 6.º — O artigo 11 da Lei 6639/74, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 11 — O sócio aposentado que vier a ser investido em mandato eletivo a nível estadual ou federal, remunerado, não perceberá durante o exercício do mandato, o benefício do Fundo.

Parágrafo único — ...”

Art. 7.º — O artigo 12 da Lei 6639/74, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 12 — O Deputado afastado por exercer função pública constitucionalmente compatível com o mandato parlamentar, continuará recolhendo a sua contribuição de acordo com o artigo 6.º letra “a”, cabendo ao órgão onde esteja exercendo a função, o recolhimento de que trata a letra “b” do mesmo artigo.”

Art. 8.º — O artigo 18 da Lei 6639/74, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 18 — O Presidente será substituído, nos casos de licença e de vaga, pelo membro mais idoso do Conselho. Nesta segunda hipótese a substituição perdurará até a eleição pelo Conselho, de novo Presidente, para completar o período, dentro de 30 (trinta) dias.”

Art. 9.º — O artigo 22 da Lei 6639/74, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 22 — A cada dois anos, se procederá o levantamento da situação econômico-financeira do Fundo, mediante cálculos atuariais, a serem realizados por técnicos idôneos, cujas conclusões serão levadas ao conhecimento da Assembléia Geral Ordinária de Associados.”

Art. 10 — O artigo 24 da Lei 6639/74, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 24 — Os recursos disponíveis do Fundo deverão ser aplicados pelo Presidente, mediante autorização do Conselho Deliberativo, em inversões rentáveis. É dispensada a autorização para aplicação em Caderneta de Poupança, ou em “Open Market” e “Over Night”, estes dois últimos quando por prazo

inferior a 30 (trinta) dias.

Parágrafo único — ...”

Art. 11 — O artigo 25 da Lei 6639/74, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 25 — ...

a) — ...

b) — ...

c) — ...

d) — ...

e) Open Market,

f) Over Night.

Parágrafo único — As operações do Fundo se farão através de sistema bancário-financeiro oficial, legalmente estabelecido no Estado.”

Art. 12 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 1.º de setembro de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

ANTÔNIO COTRIM — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 58/82, que declara de utilidade pública o “INSTITUTO PARANAENSE DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL - IPAPe”, com sede e foro em Curitiba. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI N.º 58/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o INSTITUTO PARANAENSE DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL - IPAPe, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 1.º de setembro de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

ANTÔNIO COTRIM — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 64/82, que declara de utilidade pública a “Associação Feminina da Loja Londrina”, com sede e foro na cidade de Londrina. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI N.º 64/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO FEMININA DA LOJA LONDRINA, com sede e foro na cidade de Londrina.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 1.º de setembro de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

ANTÔNIO COTRIM — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 66/82, que altera a Lei 5052, de 31.03.65 modificando a denominação da entidade para “ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DA CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO DA MEDALHA MILAGROSA”, com sede e foro nesta Capital. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI N.º 66/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — O artigo 1.º, da Lei n.º 5052, de 31 de março de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.º — Fica declarada de utilidade a ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DA CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO DA MEDALHA MILAGROSA, com sede e foro nesta Capital”.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publi-

cação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 1.º de setembro de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente

ANTÔNIO COTRIM — Relator

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 138/80, de autoria do Deputado FLORIVALDO PALÁCIO, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS — de SANTO ANTÔNIO DA PLATINA — APAE”, com sede e foro no Município de Santo Antônio da Platina. (Anexo Projeto de Lei n.º 108/81, do Deputado GABRIEL MANOEL, sobre o mesmo assunto). Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 152/81, de autoria do Deputado WERNER WANDERER, que declara de utilidade pública a “LIGA RONDONENSE DE ESPORTES”, com sede e foro na cidade de Marechal Cândido Rondon - PR. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 39/82, de autoria do Deputado WERNER WANDERER, que declara de utilidade pública a “FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO PRÉ-ESCOLAR “MONTEIRO LOBATO”, com sede em Formosa do Oeste. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 43/82, de autoria do Deputado TÚLIO LUIZ ZANCHET, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA - APMI”, com sede e foro em Francisco Beltrão, Estado do Paraná. Parecer FAVORÁVEL E EMENDA SUBSTITUTIVA da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, pela Emenda Substitutiva, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 53/82, de autoria do Deputado LUIZ ALBERTO MARTINS DE OLIVEIRA, que declara de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO MARRE-CAS DO BEM-ESTAR AO MENOR - AMARBEM”, com sede e foro em Francisco Beltrão. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 68/82, de autoria do Deputado FIORI LUIZ, que declara de utilidade pública o “CLUBE DAS MÃES UNIDAS”, com sede e foro na cidade de Londrina. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 52/82)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 68/82

De autoria do ilustre Deputado FIORI LUIZ, objetiva o presente plano de lei declarar de utilidade pública o “CLUBE DAS MÃES UNIDAS”, com sede na cidade de Londrina.

Baixado em diligência junto a seu nobre Autor, retorna agora o processado isento de falhas e omissões, preenchendo de forma satisfatória os requisitos legais e regimentais.

Nestas circunstâncias, somos de opinião favorável à aprovação do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08 de junho de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 56/82, (Mensagem n.º 67/82, ex-Proposição n.º 52/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUI-

ÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e o Município de Assis Chateaubriand, e que objetiva condicionar as diretrizes do Trânsito com os estudos e a realização do planejamento urbano do referido município. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 57/82, (Mensagem n.º 68/82, ex-Proposição n.º 53/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o convênio SESP/001, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e o Município de Janiópolis, que objetiva a concessão de auxílio financeiro ao Município para reforma e melhorias na Delegacia de Polícia e Cadeia Pública locais. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 58/82, (Mensagem n.º 69/82, ex-Proposição n.º 54/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o ajuste n.º 02/82, ao Convênio SISNIC n.º 1/79, celebrado entre o Estado do Paraná, através de órgãos que especifica, e o SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC, visando estabelecer bases de cooperação técnica e financeira para implantação do Projeto "Assistência ao Comércio". — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Bonin, ocorrido em 15 de agosto último. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Desenvolvimento dos Municípios, consubstanciado em pedido de informações sobre despesas efetuadas por aquela Secretaria com contratos de ar-

rendamento mercantil. — **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, rejeitado, eu votei contra.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Rejeitado.

O SR. RENATO BERNARDI — (Pela ordem) Sr. Presidente, não me consta que seja rejeitado, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação).

Três Srs. Deputados aprovam; 1 Sr. Deputado rejeita. Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Solene, para amanhã, dia 15, quarta-feira, às 15:00 horas, para entrega do Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Líbero Massari; e também uma sessão ordinária para quinta-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 138/80, 152/81, 39, 43 e 53/82.

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 68/82 e dos Projetos de Resolução n.ºs 56, 57 e 58/82.

1.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 22, 23 e 24/82.

Marcando ainda, uma sessão extraordinária, para quinta-feira, logo após o término da sessão ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 61 e 55/82.

Levanta-se a Sessão.